



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/04/2025 a 30/04/2025

Assunto: "PEC DA SEGURANÇA" OR "PEC N. 18, DE 2025"

Documento 1/21

45.2025	Sessão Ordinária - CD	08/04/2025-14:48
Publ.: DCD - 09/04/2025 - 62	Pedro Uczai-PT -SC	
BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

O Deputado celebrou o envio da PEC da Segurança Pública pelo Presidente Lula e pelo Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, destacando o objetivo de integrar esforços entre União, Estados e Municípios no combate ao crime organizado. Enfatizou a necessidade de articulação entre as diferentes forças de segurança e o fortalecimento do Conselho de Segurança Nacional. Também defendeu a proposta do Governo Federal de isenção do Imposto de Renda para salários de até R\$ 5 mil e redução para quem ganha até R\$ 7 mil, com compensação tributária por meio da taxação de grandes fortunas.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, não há como não comemorar a iniciativa do Presidente da República e do Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, de apresentar a proposta de emenda à Constituição sobre segurança pública.

A PEC da Segurança Pública visa promover articulação com Estados e Municípios deste País, com a polícia, com os órgãos de segurança, para enfrentarmos de maneira integrada o crime organizado no nosso País. O crime se organiza em Estados, em regiões, organiza-se em todo o Brasil, articula-se com outros países do mundo.

Parabéns ao Presidente Lula, que vai contribuir para as Polícias Militares, que são da responsabilidade dos Governadores dos Estados; para as Polícias Civis, que são da responsabilidade dos Governadores; para as Guardas Municipais; bem como para a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal. Articula, assim, uma política de segurança nacional.

Vamos fazer o debate fortalecendo o Conselho de Segurança Nacional, fortalecendo a integração de informações, que hoje estão desarticuladas. Um Estado não se comunica com outro. O Brasil, como um todo, através da

iniciativa do nosso Governo do Presidente Lula, vai construir uma política nacional de segurança pública, um sistema único de segurança pública para efetivamente enfrentar o grande crime organizado, o grande crime que lucra bilhões e bilhões, às vezes, por meio da desgraça e do sofrimento do nosso povo brasileiro.

O segundo tema que eu quero abordar é o Imposto de Renda. O Governo do Presidente Lula, quando propõe isenção do Imposto de Renda, imposto zero, para pessoas que ganham até 5 mil reais e desconto para os trabalhadores que ganham de 5 mil a 7 mil reais, abrange praticamente 85% dos trabalhadores brasileiros. Milhões de brasileiros trabalhadores e trabalhadoras vão se beneficiar da isenção do Imposto de Renda. Vai compensar essa redução tributária com aumento da taxação das grandes fortunas. Olhem, os super-ricos pagam 0,06% de imposto, os mais ricos do País pagam, em média, 2,5% de imposto, e passarão a pagar 10%.

Sr. Presidente, com a redução do Imposto de Renda, vai sobrar dinheiro no bolso dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, vai melhorar a vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras e, pela primeira vez, vai se fazer justiça, cobrar 10% dos super-ricos, daqueles que hoje não pagam imposto. Assim, vamos fazendo mais justiça, distribuindo mais renda, mais dignidade e qualidade de vida para os trabalhadores e trabalhadoras do nosso País.

Este sim é um Governo comprometido com uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 2/21

45.2025

Publ.: DCD - 09/04/2025
92

Sessão Ordinária - CD

08/04/2025-16:32

Chia-Alonso RSOI - RI

BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu o compromisso do Parlamento com a votação do Projeto de Lei nº 4.015, de 2023, que trata dos oficiais de Justiça, criticando tentativas de obstrução com vistas à aprovação da proposta de anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro. Citou pesquisa do Instituto Datafolha, que apontou 56% da população contrária à anistia, e afirmou que a iniciativa é inadequada e precipitada. Também reforçou a necessidade de o Legislativo focar em pautas relevantes, como a PEC da Segurança Pública, a isenção do Imposto de Renda para salários até R\$ 5 mil e a taxação dos super-ricos.



O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Charles Fernandes.

Colegas de representação, esperamos sinceramente que hoje não percamos tempo com o legítimo direito regimental de obstrução, até porque na pauta está aquilo que todos os Líderes prometemos, creio que 3 semanas atrás, que é discutir e aprovar o Projeto de Lei nº 4.015, de 2023, dos oficiais de Justiça, dos defensores da Justiça.

O Parlamento é o lugar da palavra empenhada. Quando ela falha, o Parlamento se apequena. Essa luta de alguns aqui, minoritários neste caso, pela anistia é fora de tempo e lugar. Aliás, pesquisa Datafolha de hoje mostra que 56% da população é contra a anistia para golpistas.

Por que eu digo que ela é fora de lugar? Porque a história das anistias no Brasil — desculpem-me usar meu lugar de velho professor de história para dizer isto — é a história da incidência política, inclusive indultos presidenciais, sobre fatos consumados, examinados, julgados, perfeitamente decantados. Aqui, não, o que se pretendia — vou usar o verbo no passado — era uma anistia para algo que ainda está sendo apurado, algo que tem, para usar a expressão da moda, pelo menos duas camadas: a massa que veio aqui no 8 de janeiro para aqueles episódios que todos, inclusive os advogados dos réus do núcleo crucial da trama golpista, repudiam; e, de outro lado, a cúpula que tramou "palacianamente", nos quartéis, para inviabilizar o Governo Lula, para impedir a sua posse até, se possível. Não deu certo. Perderam.

Agora, então, é importante reconhecer que essa proposta está fora de lugar.

Nós temos muito que discutir e votar aqui, além do PL 4.015/2023, como a PEC da Segurança Pública, que está chegando, como a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais por mês e a taxação dos super-ricos, como o exame da inteligência artificial, enfim, uma série de matérias que temos que aprofundar no Legislativo em termos de pauta propositiva, para que a sociedade nos perceba como úteis, para aproximarmos a praça dos palácios, inclusive do Congresso Nacional.

Documento 3/21

45.2025	Sessão Ordinária - CD	08/04/2025-16:36
Publ.: DCD - 09/04/2025 - 93	Alberto Fraga-PL -DF	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o conteúdo da PEC da Segurança Pública anunciada pelo



Governo, alegando que a proposta não traz medidas eficazes no combate às organizações criminosas. Ressaltou que a PEC centraliza ainda mais o poder no Governo Federal e não oferece soluções práticas, como a aplicação da Lei do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Por fim, se posicionou contra a emenda constitucional, destacando que ela não traz inovações para beneficiar o povo brasileiro.

O SR. ALBERTO FRAGA (Bloco/PL - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje o Governo anuncia que vai mandar a PEC da Segurança Pública para cá. Eu li a PEC e lamento dizer que não vi ali nada que preste. Ela não tem uma medida sequer que venha combater as organizações criminosas do nosso País. O que se percebe nessa PEC é uma centralização de poder no Governo Federal.

Eu acho que a Polícia Rodoviária Federal não vai aceitar ser chamada de "Polícia Viária". E por vai.

A grande verdade é que a montanha rugiu, rugiu e pariu um rato. A emenda constitucional não serve para nada. Fala do Susp, que é uma lei federal. É só aplicar o que está previsto no Susp.

Então, lamentavelmente, eu tenho que dizer que a nossa frente vai ficar contra essa emenda constitucional, que não tem nada de novo, nada que possa ajudar o povo brasileiro.

Documento 4/21

45.2025	Sessão Ordinária - CD	08/04/2025-16:40
Publ.: DCD - 09/04/2025 - 94	Talíria Petrone-PSOL -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada se posicionou contra as críticas à PEC da Segurança Pública, destacando que, ao contrário de medidas anteriores como aumento de penas, a proposta busca ações estruturantes para melhorar o Sistema Único de Segurança Pública. Destacou que a PEC prevê maior integração entre as polícias, com a criação de corregedorias e ouvidorias independentes, além da regulamentação do uso progressivo da força e a reorganização da Polícia Federal para atuar em crimes ambientais. Além disso, reforçou a importância de tratar a segurança pública com responsabilidade, evitando o populismo penal.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão

da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Eu quero, respeitosamente, discordar dos colegas que me antecederam sobre a PEC da Segurança Pública. Ao contrário das medidas que têm sido tomadas há décadas, como aumento de pena e criação de novo tipo penal, e acabam inclusive com a dosimetria do Código Penal, sem que isso sirva para nada, a PEC, que vai ser aperfeiçoada por este Congresso, propõe medidas estruturantes. A União passa a ter um papel no Sistema Único de Segurança Pública que hoje não está claro, e não para ferir a autonomia dos Estados — isso está bem explícito na PEC —, mas para ajudar na integração entre as polícias. Passamos a ter corregedoria e ouvidoria independente. Passamos a ter na Constituição os fundos penitenciários de segurança pública. Temos a regulamentação do uso progressivo da força e uma série de medidas, por exemplo, de reorganização do papel da própria Polícia Federal, para atuação em crimes ambientais.

Colegas, eu acho que precisamos encarar essa PEC com a responsabilidade que o Brasil exige, fugir do populismo penal e apresentar um texto que de fato atenda às demandas de segurança ansiadas pelo povo.

Documento 5/21

45.2025

Publ.: DCD - 09/04/2025 - 151

Sessão Ordinária - CD 08/04/2025-18:52

Maria do Rosário-PT -RS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCIPLINAR

Sumário

A Deputada destacou a importância da aprovação da inclusão de defensores públicos, advogados públicos e oficiais de Justiça como atividades de risco, ressaltando o trabalho de líderes mulheres dessas categorias, que enfrentam situações de violência no cotidiano. Também mencionou a chegada da PEC da Segurança à Casa, que visa integrar os sistemas de segurança dos diferentes níveis de Governo, promovendo um plano nacional de segurança pública. Ao finalizar, expressou seu compromisso em apoiar essa proposta.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, muito nos honra termos trabalhado e assegurado a votação que aprovou os destaques e incluiu a Defensoria Pública, os advogados públicos e também os oficiais de Justiça. Nós recebemos, sobretudo, mulheres líderes dessas categorias, que enfrentam no cotidiano violências, e nós sabemos que o risco agora poderá ser enfrentado.

Mas eu quero destacar que hoje o Governo fez chegar a esta Casa a PEC da Segurança, que define as responsabilidades da União, a integração com os

Estados, o trabalho dos Municípios, a coordenação de um sistema único de segurança, um plano nacional de segurança pública, que atua para a articulação dos entes federados, para não termos mais sistemas concorrentes. Valorizo isso no Governo e agradeço.

Vamos trabalhar pela PEC da Segurança!

Muito obrigada.

Documento 6/21

45.2025 Sessão Ordinária - CD 08/04/2025-18:56
Publ.: DCD - 09/04/2025 - 153 Delegada Adriana Accorsi-PT -GO
ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

A Deputada destacou a importância da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que visa consolidar o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Explicou que a proposta busca integrar as forças policiais do Brasil, melhorar a eficiência no combate à criminalidade e garantir mais segurança para a população. Também ressaltou o compromisso do Governo Lula com a segurança pública, incluindo a ampliação de programas como o Celular Seguro. A defendeu o fortalecimento das Guardas Municipais, reconhecendo seu papel essencial na segurança local, e pediu o apoio dos Parlamentares para a PEC.

A SRA. DELEGADA ADRIANA ACCORSI (Bloco/PT - GO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Boa noite, Sr. Presidente.

Boa noite, colegas Deputadas e Deputados.

Boa noite, caros brasileiros e brasileiras que nos acompanham nestes debates importantes que acontecem hoje.

Eu venho destacar hoje a profunda preocupação e o compromisso que o nosso Presidente Lula tem com a segurança pública, com a vida e com a proteção das famílias brasileiras. Essa preocupação está explícita em cada medida que o seu Governo adota, como a recente ampliação do programa Celular Seguro, que atua diretamente para enfrentar o roubo e o furto de aparelhos celulares, crimes que afetam diariamente milhões de brasileiros. O programa já permitiu o bloqueio rápido de aparelhos roubados ou furtados, protegendo não só os bens materiais, mas, sobretudo, a privacidade, os dados pessoais e, muitas vezes, a



vida das pessoas. E agora há uma nova ferramenta, o modo recuperação, que permite bloquear a linha telefônica e as contas vinculadas às instituições parceiras sem desativar o Imei do aparelho.

E hoje, senhoras e senhores, temos mais um passo decisivo para garantir a segurança do povo brasileiro. O Presidente Lula e o nosso Ministro Lewandowski enviam ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição da Segurança Pública, a PEC da Segurança Pública. Essa proposta visa conferir *status constitucional* ao Sistema Único de Segurança Pública — Susp, instituído em 2018, consolidando um modelo eficiente, integrado e transparente em todo o território nacional.

Com esta PEC da Segurança Pública, a União passa a ter competência para estabelecer diretrizes nacionais claras e unificadas, respeitando a autonomia dos Estados, mas garantindo a necessária integração das forças policiais em todo o território nacional.

Hoje enfrentamos uma realidade difícil. Procedimentos policiais fragmentados entre os Estados dificultam investigações e favorecem os criminosos. São 27 Estados com formas diferentes de registro de boletins de ocorrência, emissão de carteiras de identidade e até certidões criminais. Essa fragmentação gera ineficiência e insegurança jurídica. Com a PEC da Segurança Pública, teremos protocolos padronizados, sistemas de informação e dados estatísticos, garantindo mais eficiência e agilidade nas ações das forças policiais, mas sem impor centralização ou comprometer a autonomia de Estados e Municípios.

A União não pretende interferir nos comandos das polícias estaduais, tampouco modificar as competências constitucionais já estabelecidas. Ao contrário, a proposta é inspirada em modelos já consolidados da nossa Constituição, como o Sistema Único de Saúde e o Sistema Nacional de Educação. Assim como esses, o Sistema Único de Segurança Pública — Susp passa a ser consolidado como um modelo de cooperação federativa, com base em diretrizes nacionais construídas democraticamente.

Um ponto de destaque é a criação do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, que será composto por representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil, medida que garante pluralidade e participação social na elaboração da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, que também compreenderá o sistema penitenciário.

Merece destaque ainda a constitucionalização do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional, garantindo sua existência permanente e impedindo o contingenciamento de recursos. O texto deixa claro que os recursos serão compartilhados entre os entes da Federação, conforme estabelecido em lei.

A PEC também atualiza as competências das forças federais. A Polícia Federal terá assegurada sua atuação no combate aos crimes ambientais, às organizações



criminosas e às milícias que atuam de forma interestadual e internacional. Já a Polícia Rodoviária Federal passará a exercer também o policiamento ostensivo em rodovias, ferrovias e hidrovias federais, sem exercer as funções típicas das polícias judiciárias.

Eu quero destacar que, com essa PEC, a segurança pública passa a ter uma integração real, com diretrizes claras estabelecidas pela União, respeitando a autonomia dos Estados, mas combatendo a criminalidade com muito mais eficiência, cooperação e inteligência.

Também estabelece a criação de corregedorias e ouvidorias autônomas e independentes para fiscalizar e garantir que a atuação das forças de segurança seja sempre pautada pela ética, pela justiça e pelo respeito aos direitos humanos.

Outro ponto fundamental é a valorização das Guardas Municipais, garantindo a elas o reconhecimento constitucional, fortalecendo o papel essencial que essas forças têm na segurança pública das comunidades e da população.

Eu quero saudar a Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais do Brasil — Feneguardas, que está presente aqui na Câmara Federal hoje, trazendo reivindicações, inclusive a reivindicação de ser estabelecido na PEC o termo "polícia municipal". Eu sou favorável a isso, e nós vamos trabalhar para assegurar que seja também colocado na PEC.

As Guardas deverão atuar sempre em cooperação com as demais forças, respeitando os limites constitucionais de sua atuação. Estarão inseridas na sociedade, fazendo o policiamento de proximidade por excelência, atuando principalmente nas prisões em flagrante nos crimes de oportunidade, como furtos e roubos, e também nos casos de violência contra as mulheres.

Tenho muito orgulho de ter sido chefe da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia e posso afirmar, com toda a convicção, que essas corporações são fundamentais para garantir a segurança da população nos territórios onde atuam, com conhecimento local, compromisso e sensibilidade social.

É importante destacar o total apoio do Presidente Lula à inclusão das Guardas Municipais no rol de órgãos da segurança pública, reconhecendo o papel essencial que essas corporações desempenham na proteção da população e no oferecimento de uma segurança pública humanizada e eficiente. As Guardas Civis Municipais deverão ser reconhecidas e fortalecidas por estarem ainda mais preparadas para proteger nossas cidades e salvar vidas.

Colegas Parlamentares, o crime não respeita fronteiras. Por isso, nossa resposta também precisa ser nacional, integrada e forte. Segurança pública é proteger vidas, garantir o direito de ir e vir com tranquilidade, é assegurar às famílias brasileiras o direito fundamental à paz e à liberdade.

Como delegada de Polícia Civil do Estado de Goiás há 25 anos e Deputada



Federal que atua na luta pela segurança pública e no combate à violência contra mulheres, crianças e adolescentes, afirmo com conhecimento de causa: esta PEC é fundamental, necessária e urgente. Chega de improviso e fragmentações nas ações! O Brasil exige uma política nacional séria e estruturada para enfrentar a criminalidade, protegendo cada brasileiro e cada brasileira.

Destaco que a proposta do Ministério da Justiça foi construída com base em amplo diálogo com os Governadores e com a sociedade civil. As sugestões apresentadas foram ouvidas e foram acolhidas, especialmente no que se refere à preservação da autonomia dos Estados e a inclusão de representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Segurança Pública.

O Presidente da República, o Presidente Lula, mais uma vez dá o exemplo e cumpre sua promessa de colocar as pessoas em primeiro lugar. Proteger a vida e a família brasileira sempre foi e sempre será prioridade absoluta deste Governo.

Ao finalizar, mais uma vez peço o apoio de todos os Parlamentares para a PEC da Segurança Pública, que vai avançar no sentido de compartilhar informações e trabalhar em conjunto com todas as forças de segurança no Brasil.

Eu quero dizer também que nós precisamos combater a impunidade. Por isso, todos os tipos de criminosos, sejam aqueles que invadem e destroem patrimônios públicos, sejam aqueles que, usando substâncias entorpecentes, atropelam, matam pessoas e ficam impunes, devem ser combatidos e devem ter a punição nos rigores da lei.

Por isso, é sem anistia!

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 7/21

45.2025	Sessão Ordinária - CD	08/04/2025-20:00
Publ.: DCD - 09/04/2025 - 174	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Governo Federal ao comentar a repercussão em torno da PEC da Segurança Pública. Afirmou que o Executivo promoveu desinformação e não tem propostas concretas para melhorar as condições de trabalho das polícias estaduais. Também cobrou o envio de projetos que tratem do piso salarial nacional dos policiais e da atualização do Código Penal. Ao final, afirmou que a proposta debatida não resolve os reais problemas da segurança pública e acusou o Governo de tentar manipular a opinião pública sobre o

tema.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Hoje a máquina de *fake news* do Governo Lula trabalhou como nunca. Fizeram a maior propaganda com relação à PEC da Segurança Pública, como se fossem os sabedores de tudo nessa área. O desgoverno Lula não entende nada de segurança pública.

Eu vou dizer ao senhor, descondenado Lula, o seguinte: mande para esta Casa proposta que melhore as condições de trabalho das polícias estaduais, para que exerçam suas respectivas funções, conforme o art. 144, que o senhor quer mudar, descondenado. Dê condições de trabalho, Sr. Presidente. Propicie salário digno. Mande para cá o projeto que trata do piso salarial nacional dos policiais. Isso o senhor não quer mandar para cá. Mande proposta que melhore as condições de trabalho, descondenado Lula!

Condições de trabalho eles não têm, Presidente, e se quer falar da PEC da Segurança, um engodo para a população brasileira, com o qual se tenta manipular a opinião pública.

Mande para cá o novo Código Penal, mande para cá proposta que favoreça as condições de trabalho dos policiais e faça com que eles deixem de receber os piores salários do Brasil.

Lula, o senhor é uma vergonha!

Obrigado, Presidente.

Documento 8/21

45.2025

Publ.: DCD - 09/04/2025 - 187

Sessão Ordinária - CD

08/04/2025-20:40

Sargento Gonçalves-PL -RN

BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública proposta pelo Governo Federal, classificando-a como um "engodo" que busca centralizar o controle da segurança pública e enfraquecer a atuação das forças policiais. Condenou o investimento em câmeras corporais anunciado pelo Ministério da Justiça durante um momento crítico de violência no Rio Grande do Norte, afirmando que o Governo prefere "algemar" a polícia do que combater o crime. Alertou também as Guardas Municipais para não se iludirem com a proposta, destacando que a verdadeira iniciativa de transformação em



Polícias Municipais é a PEC nº 57, de 2023.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (Bloco/PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer coro com Deputado Sargento Fahur e tantos outros colegas das forças policiais, que sabem, de fato, o que é segurança pública, por combater o crime — não são especialistas de ar-condicionado —, sobre essa PEC da Segurança Pública.

O Governo Federal gosta, na verdade, de passar a mão na cabeça de bandido e prejudicar a atividade policial. Prova disso, Deputado Sargento Fahur, é que o Secretário Nacional de Segurança Pública esteve semana passada no Estado do Rio Grande do Norte, em plena guerra de facções, para anunciar o investimento de 14 milhões de reais a fim de adquirir câmera para monitorar a atividade policial. Ou seja, enquanto os bandidos trocam tiro em Natal, o Ministério da Justiça do descondenado Lula está preocupado, na verdade, em algemar ainda mais as forças policiais que combatem o crime.

Essa PEC é um engodo. Na verdade, o Governo Federal quer centralizar uma intervenção constitucional. Se depender de nós, isso não vai passar aqui no Congresso Nacional. O que esse Presidente quer é uma intervenção federal constitucional para centralizar o poder da segurança em suas mãos, para, cada vez mais, dar corda a vagabundo e prejudicar a atuação policial.

Sobretudo, quero chamar a atenção das Guardas Municipais, para que não caiam nesse engodo. A proposta que transforma as Guardas Municipais em Polícias Municipais é a PEC 57.

Deus abençoe o Brasil! Deus abençoe as forças policiais!

Documento 9/21

47.2025	Sessão Ordinária - CD	09/04/2025-14:32
Publ.: DCD - 10/04/2025	Coronel Assis-UNIÃO -MT	
61		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a PEC da Segurança Pública apresentada pelo Ministério da Justiça, acusando-a de ser uma tentativa de desviar o foco dos verdadeiros problemas da segurança no Brasil, como as facções criminosas. Afirmou que, embora a PEC fale em integração, na realidade visa centralizar o controle das políticas de segurança, o que seria um erro, pois as ações precisam ser regionalizadas. Também criticou mudanças na estrutura da Polícia Rodoviária



Federal e nas atribuições das guardas municipais, além de apontar a falta de discussão sobre a Polícia Científica. Por fim, afirmou que a PEC é uma falácia e compromete o combate efetivo às organizações criminosas, comprometendo a segurança pública do aí.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos em vias de uma nova panaceia apresentada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública no nosso País. Trata-se da PEC da Segurança Pública.

Pelo amor de Deus, Sr. Presidente! Estamos no terceiro ano do Governo Lula, e só agora vem essa nova cortina de fumaça, que tenta inebriar os olhos dos brasileiros no intuito de desviar o foco do que é o verdadeiro grande problema: as facções e as organizações criminosas que afligem a segurança pública no nosso País.

A PEC da Segurança Pública, Sr. Presidente, fala em integração, mas a palavra mais apropriada seria “centralização”. Eles querem estabelecer um Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social — nome bonito, nome suntuoso —, mas, na verdade, trata-se de tentar estabelecer, de forma tácita, goela abaixo, as políticas de segurança pública para todos os Estados brasileiros, o que é um grande erro, porque as políticas devem ser regionalizadas, os combates devem ser regionalizados. Uma coordenação do Sistema Único de Segurança Pública e Defesa Social? Isso é grande absurdo, mais uma falácia!

Quanto à questão da PRF, querem mudar o nome agora para Polícia Viária Nacional. E toda vez que a Polícia Viária Nacional precisar intervir em outras atribuições, que são, sim, atribuições de polícia — e que o povo não pode esperar —, vai ter que pedir permissão, Sr. Presidente. Que loucura! Imagine se lá na fronteira for necessário o apoio da Polícia Viária Nacional... A polícia vai ter que ligar para Brasília e pedir permissão para apoiar?

Quanto à questão das guardas municipais, mudaram os nomes, mas falta ainda estabelecer quais são as atribuições, porque, nessa PEC, está escrito que eles só podem fazer policiamento na área urbana. E as áreas rurais dos Municípios, como ficam? Quem é que vai policiar?

Então, calma lá! Vamos definir as coisas da forma como elas têm que ser definidas. A Polícia Científica, dos peritos — em muitos Estados, as polícias científicas são separadas —, não está na PEC. Na verdade, a PEC é uma grande mentira, um grande engodo.

Nós estaremos aqui, nesta tribuna, nas Comissões, com o intuito de emendar, de mudar esse texto, de fazer um texto que realmente possa dar combate ao que tem que ser combatido na área da Justiça e da Segurança Pública do nosso País, que são as organizações criminosas.

É um verdadeiro absurdo, Sr. Presidente! E nós estaremos, sim, lutando contra esse despropósito que se diz “PEC da Segurança Pública”, que nada mais é do que uma cortina de fumaça ou uma tentativa de trazer à baila do Governo Federal um assunto tão danoso ao cidadão brasileiro como é a segurança pública.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado nos meios oficiais de comunicação desta Casa.

Documento 10/21

47.2025 Sessão Ordinária - CD 09/04/2025-15:04

Publ.: DCD - 10/04/2025 - Caroline de Toni-PL -SC
74

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada citou o julgamento do Deputado Glauber Braga no Conselho de Ética, acusando-o de agredir fisicamente um manifestante e de manter comportamento inadequado no Parlamento. Denunciou a postura do PSOL, classificando-a como incoerente ao defender o colega mas apoiar a condenação de uma mulher a 14 anos de prisão por escrever com batom em uma estátua. Além disso, rejeitou a proposta da PEC da Segurança Pública, apresentada pelo Ministro Lewandowski, acusando-a de concentrar poder em Brasília e afastar a gestão da segurança dos Municípios. Defendeu que a Direita representa a proteção do cidadão e responsabilizou o Governo Lula pela crise econômica e alta nos preços.

A SRA. CAROLINE DE TONI (Bloco/PL - SC. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Presidente, agora está acontecendo, no Conselho de Ética, o julgamento do caso do Deputado Glauber Braga, do PSOL.

O Deputado Glauber, para quem não lembra, agrediu fisicamente um manifestante, um cidadão brasileiro que estava legitimamente aqui na Câmara dos Deputados. Afinal de contas, estamos na Casa do Povo brasileiro. Então, está sendo relatada a sua cassação já no Conselho de Ética.

Estamos vendo vários Deputados da bancada, por horas a fio, tentando defender um agressor, falando claramente as palavras, ou seja, que, mesmo após as denúncias feitas, ele ainda continua reiteradamente, de forma violenta, verbal e fisicamente, falando com os demais colegas Deputados. Isso é falta de



decoro, é falta de ética parlamentar. E isso a gente não pode admitir. Saudável é a disputa das ideias, mas violência, não!

Qual é a questão? O PSOL demonstra uma grande incoerência, como sempre. O que esperar da Esquerda? Para um agressor, absolvição. Para uma cidadã brasileira, mãe de dois filhos, que nunca teve passagem pela polícia, por tão somente escrever com batom numa estátua, condenação de 14 anos. Defendem a atitude arbitrária do STF. É mesmo, meus amigos, o PSOL é incoerência dos pés à cabeça. É incoerência total.

Não podemos admitir esse tipo de postura. Afinal de contas, o povo brasileiro está vendo a injustiça que está acontecendo.

Vimos ontem o Ministro Lewandowski apresentar a PEC da Segurança Pública, que trata do Susp. Gente, falta 1 ano para acabar o Governo! Nós já estamos na metade do ano, e no ano que vem terá eleição. Querem trazer ao povo brasileiro uma reforma estruturante da segurança pública, tentando centralizar tudo em Brasília — como sempre, em Brasília. Há uma miopia que não deixa que vejam que os problemas reais acontecem nos Municípios. Lá é que está o povo que precisa de segurança pública. Querem tirar poder dos Governadores, querem tirar poder da polícia e ouvir conselhos. Haverá lá o MST e toda a candidagem aconselhando a fazer o Plano Nacional de Segurança Pública.

Nós não podemos admitir isso! O que esperar da Esquerda, que só quer liberar bandido, que só quer diminuir a pena dos criminosos? Vai vir algo de bom dessa PEC da Segurança Pública? É óbvio que não! Então, não nos iludamos. Não dá para esperar nada de bom da Esquerda.

Nós vamos obstruir, nós vamos derrubar essa PEC de Segurança Pública, porque sabemos que quem defende o cidadão de bem, quem defende a vítima, no Direito brasileiro, é a Direita, são os partidos de direita. A Esquerda dá mau exemplo em tudo.

Querem, de novo, tirar o foco do desgoverno Lula, que está fazendo o Brasil derreter. O preço dos alimentos está impagável pelo cidadão de bem, que está sofrendo.

Temos que dizer: "Fora, Lula!"

Documento 11/21

47.2025

Publ.: DCD - 10/04/2025 - 84

Sessão Ordinária - CD

Alberto Fraga-PL -DF

09/04/2025-15:32

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

O Deputado expressou decepção com a PEC da Segurança Pública, alegando que ela não contém medidas eficazes para combater o avanço das organizações criminosas no Brasil. Criticou a centralização de poder no Governo Federal e a interferência na segurança pública dos Estados, considerando isso uma possível intervenção. Também questionou o papel do Ministro Lewandowski, apontando falta de conhecimento técnico e a imposição de soluções inadequadas para o Congresso. Ao finalizar, afirmou que estará pronto para barrar a proposta.

O SR. ALBERTO FRAGA (Bloco/PL - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, estou profundamente decepcionado. Hoje passei o dia dando entrevistas, infelizmente tendo que falar mal da PEC da Segurança Pública. Esperávamos alguma coisa, e não aconteceu absolutamente nada.

Esta PEC não tem uma medida sequer — uma sequer — que venha nos ajudar a combater o avanço das organizações criminosas no Brasil. Eu acho que o Governo Lula poderia entender, de uma vez por todas, que o Ministro Lewandowski, embora tenha boa vontade, não tem conhecimento técnico. Ele está querendo aprontar coisas para cima do Congresso, que são mandadas pelos seus técnicos de ar-condicionado.

Isso não vai dar certo. Há uma centralização de poder muito grande, que, com certeza, está tirando os poderes dos Governadores.

Então, Presidente Charles, no momento, o Governo Federal vai elaborar o Plano Nacional de Segurança Pública e vai dizer aos Estados como é que eles vão realizar as atividades de segurança pública. Vão me dizer que isso não é uma intervenção? Isso quebra, realmente, o pacto federativo. E nós estaremos aqui a postos para barrar, obstruir essa emenda constitucional.

Muito obrigado.

Documento 12/21

47.2025

Sessão Ordinária - CD

09/04/2025-15:44

Publ.: DCD - 10/04/2025

- Flávio Nogueira-PT -PI

88

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que deve chegar à Câmara dos Deputados,



ressaltando que se trata de um projeto de Estado, e não de Governo. Defendeu a criação de um plano nacional de segurança coordenado pela União e executado pelos Estados, sem que isso represente qualquer tipo de intervenção federal. Lembrou os altos custos da intervenção no Rio de Janeiro em 2018 e conclamou os colegas, independentemente de ideologia ou partido, a se unirem no combate ao crime organizado, priorizando a segurança da população brasileira.

O SR. FLÁVIO NOGUEIRA (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está chegando a esta Casa a PEC da Segurança Pública. Sem sobra de dúvida, é um grande tento desta Casa também, do próprio Governo, um anteprojeto que põe o problema da segurança como um problema de Estado, ou seja, um projeto de Estado. Não é um projeto de Governo, nem deve ser, é exatamente para que possamos ter um plano nacional coordenado pela União e desenvolvido pelos Estados. Não há nada de intervenção nos Estados, nem pode haver, porque a Constituição proíbe isso.

No tempo em que foi solicitada pelo Governo do Rio de Janeiro uma intervenção no Estado, vocês sabem muito bem que isso foi polêmico. O Governo dependeu do Congresso Nacional para que lhe fosse dado o direito de as Forças Armadas irem lá fazer uma intervenção militar e depois uma intervenção na área de segurança do próprio Estado. Isso também não é barato. Veja quanto gastou a União naquele tempo com essa intervenção militar no Rio: 1,2 bilhão de reais.

Eu acho que é hora de nós estarmos juntos, não importa as ideologias nem os partidos, para que possamos enfrentar o inimigo maior da sociedade, que é o crime organizado. É isto que nós devemos fazer: deixar de lado algum pronunciamento, alguma declaração, que, às vezes, fazemos por impulso. Por exemplo, o Ministro disse que se prende mal. Eu acho que foi uma resposta ao que dizem: *"A polícia prende e a Justiça solta"*. Ficaram nessa polêmica. Isso passa, mas nós devemos cuidar da segurança do Brasil.

Espero que todos juntos, nesta Casa, possamos dar à Nação brasileira o que ela deseja, que é acabar ou diminuir a insegurança que grassa em todo o País. Infelizmente, o Brasil, hoje, está alastrado por crimes em todos os Estados. Não importa se o Estado tem um Governador de um partido ou de outro. O importante é que nós votemos nesta Casa essa PEC, para que possamos cuidar do nosso povo com segurança.

Sr. Presidente, peço que este meu discurso seja divulgado nos órgãos de imprensa desta Casa.

Muito obrigado.



47.2025

Sessão Ordinária - CD

09/04/2025-17:20

Publ.: DCD - 10/04/2025
123

- Capitão Alberto Neto-PL - AM

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a PEC da Segurança Pública, afirmando que a proposta do Governo Federal centraliza o poder de segurança na União, o que distorce a realidade local. Afirmou que os Governadores e as forças de segurança estaduais são os que realmente compreendem os problemas da segurança. Também ressaltou a queda dos homicídios de 65 mil para 40 mil durante o Governo Bolsonaro, mas reconheceu que mais avanços são necessários. Ao final, apontou que a retirada da autonomia dos Estados poderia favorecer as facções criminosas e chamou a bancada de segurança pública para ajustar a proposta e garantir melhorias para o País.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (Bloco/PL - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

O Governo lança a PEC da Insegurança. Escutem o que eu estou dizendo: não é a PEC da Segurança, é a PEC da Insegurança Pública. O Governo Federal quer concentrar todo o poder da segurança pública aqui na União. Só que a União está muito distante da realidade. Quem conhece os problemas da segurança são os Governadores, os chefes da Polícia Militar, da Polícia Civil, do sistema penitenciário.

Minha gente, retirar a autonomia dos Estados? Nós já não estamos bem das pernas com a segurança pública, e o Governo do PT sabe muito bem que não entende nada de segurança pública. Entregaram o País com 65 mil homicídios por ano. Era como se caísse uma bomba atômica no nosso País todos os anos no Governo do PT. Veio o Governo Bolsonaro, e nós reduzimos de 65 mil para 40 mil o número de homicídios. Isso ainda não é o ideal. Nós precisamos avançar em relação à segurança pública. Retirar a autonomia dos Estados é entregar a segurança pública para as facções criminosas.

O Governo Federal tem que assumir que não entende nada de segurança pública, que não avançou em nada, que não tem um projeto concreto. Segurança pública se faz com investimentos.

Lula, no papel cabe tudo, mas na vida real os policiais estão nas ruas combatendo as facções criminosas, os Governadores estão com dificuldade de lançar novos programas, novos equipamentos e contratar mais policiais. É isso o que muda a realidade da segurança!

Nós precisamos dar um choque de segurança no nosso País, porque ninguém



aguenta mais essa história do Governo do PT de que bandido rouba celular para comprar uma cervejinha. Ninguém consegue engolir isso. Causa revolta no povo isso!

Eu convoco a bancada da segurança pública para uma oportunidade de ajuste desse texto desastroso e para entregarmos algum avanço para o nosso povo, porque este Governo, infelizmente, só entregou problemas, desgraças e aumento da criminalidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 14/21

47.2025

Sessão Ordinária - CD

09/04/2025-18:04

Publ.: DCD - 10/04/2025 - 138

Bibo Nunes-PL -RS

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a proposta de uma PEC da Segurança atribuída ao Presidente Lula, a quem se referiu de forma depreciativa. Questionou a legitimidade da iniciativa, associando a Esquerda à proteção de criminosos e à oposição às forças policiais. Afirmou que a proposta representaria uma ameaça à segurança pública e reiterou seu apoio à polícia e à sociedade. O Deputado classificou a PEC como um instrumento de insegurança e rejeitou sua legitimidade.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente.

É um paradoxo e um devaneio de um desgovernante, ex-presidiário, chamado Lula, querer apresentar uma PEC da Segurança! Estão querendo colocar o Conde Drácula para cuidar do banco de sangue. Desde quando a Esquerda entende de segurança, a não ser entender de bandidagem? É um grande absurdo, um descalabro! O que entendem é de proteger bandidos, dizendo que são vítimas da sociedade.

Portanto, nobre desgovernante, ex-presidiário, não venha com essa! O Brasil o conhece e sabe que a essência da Esquerda é defender o bandido e ir contra a polícia. Mas eu luto, com todas as forças, a favor da polícia, a favor da sociedade.

Essa PEC da Segurança é a PEC da insegurança, da mentira e da inverdade.

Documento 15/21

51.2025 Sessão Ordinária - CD 16/04/2025-11:12
Publ.: DCD - 17/04/2025 - 60 Sargento Fahur-PSD -PR
BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a chamada PEC da Segurança Pública, afirmando que o texto não apresenta avanços reais para a segurança no Brasil. Acusou o Governo e o Ministro Lewandowski de tentar enfraquecer a Polícia Rodoviária Federal (PRF), destacando que o órgão se tornou referência em grandes operações e apreensões de drogas. Relatou que o desempenho da corporação incomodou o Partido dos Trabalhadores, que agora buscaria desvalorizar a atuação da PRF por meio da proposta. Ao concluir, defendeu o fortalecimento da Polícia Rodoviária Federal PRF) e rejeitou a iniciativa.

O SR. SARGENTO FAHUR (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Complementando o assunto de que o Deputado Cabo Gilberto Silva tratava há pouco, a PEC da Segurança Pública, que não traz segurança nenhuma, é uma balela — eu a li várias vezes, e não tem nada ali que de fato mude alguma coisa na segurança pública do Brasil —, eu quero dizer que querem enfraquecer a Polícia Rodoviária Federal — PRF.

A PRF se destacou no Brasil em grandes operações, em grandes apreensões de drogas, principalmente drogas químicas, apoiou a Polícia Militar e a Polícia Civil em grandes operações, inclusive dentro de comunidades, e isso irritou o PT.

O PT quer enfraquecer a PRF. A PRF é uma das polícias que mais apreendeu drogas no mundo e precisa ser valorizada e fortalecida, e não enfraquecida, como pretende fazer essa PEC de araque do Lewandowski.

Muito obrigado.

Força e honra!

Documento 16/21

56.2025 Sessão Ordinária - CD 23/04/2025-15:24
Publ.: DCD - 24/04/2025 - Coronel Ulysses-UNIÃO -AC
71 BREVES BREVES



Sumário

O Deputado criticou a chamada PEC da Segurança, apresentada pelo Governo Federal, classificando-a como ineficaz no combate à criminalidade e um desrespeito aos profissionais da segurança pública. Argumentou que a proposta ignora a realidade das ruas, não endurece penas, não combate facções, narcotráfico ou corrupção, além de enfraquecer as polícias estaduais ao concentrar o controle na União. Também afirmou que a medida foi rejeitada por diversas entidades representativas da segurança pública e defendeu ações concretas, como leis mais rígidas, valorização salarial e investimentos nas forças policiais. Por fim, reforçou a apresentação do Projeto de lei nº 714, de 2023, que trata da moralização das audiências de custódia, e de outras propostas voltadas ao enfrentamento da violência.

O SR. CORONEL ULYSSES (Bloco/UNIÃO - AC. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu venho aqui para tratar da PEC da Segurança.

A PEC da Segurança, apresentada pelo Governo Federal, é uma afronta à sociedade, porque não tem finalidade de combater a criminalidade, nem de diminuir a violência.

Enquanto o Brasil sangra, sendo apontado pela ONU como o país com o maior índice de homicídio no mundo, este desgoverno, que foi comemorado e aplaudido nos presídios, apresenta uma PEC que não enfrenta a impunidade, não endurece as penas, não acaba com os benefícios dos criminosos, não combate as facções, não combate o crime organizado, não combate a corrupção nem o narcoterrorismo.

É uma PEC que não reforça a segurança nas fronteiras e ainda enfraquece as polícias estaduais, que combatem o crime lá na ponta. Essa PEC é um desrespeito aos profissionais de segurança, que não foram ouvidos, nem participaram da sua elaboração a fim de contribuir com a experiência do combate ao crime no dia a dia.

Essa PEC é um golpe contra os policiais estaduais, contra a Polícia Militar e a Polícia Civil, pois centraliza o controle das polícias na União, que hoje não consegue cumprir o seu papel de combater o crime e tenta justificar a sua incapacidade alegando que o problema está na organização do sistema.

A PEC não propõe nenhuma mudança na legislação penal, que hoje é fraca, é garantista, alimenta impunidade e ajuda o crime a crescer. Na verdade, não sou apenas eu quem repudia essa PEC, mas as principais entidades representativas da segurança pública também o fazem: associação e federação dos delegados



de Polícia Civil são contra, associação e federação dos delegados da Polícia Federal são contra, a Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares e a de Praças também são contra.

Todos afirmam que a proposta é desnecessária e não traz nenhum ganho real para o povo brasileiro, que não aguenta mais viver com medo de ficar em casa, com medo de sair de casa, medo de perder o filho num roubo, no tráfico, num assalto. O Conselho Nacional de Comandantes-Gerais e o Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública também se posicionaram contra essa PEC.

A verdade é que segurança pública se faz com ação na ponta, com investimento nas polícias, com valorização salarial dos profissionais da segurança pública, com leis duras e firmes contra o crime. Isso a PEC ignora e não faz menção alguma.

Segurança não se faz com viés ideológico. Por isso temos a todo custo lutado aqui nesta Casa para endurecer as leis contra o crime.

Portanto, neste mandato, já apresentei vários projetos de lei, como o PL 714/2023, que moraliza a audiência de custódia, e outros projetos para acabar com a progressão de pena, diminuir a maioridade penal, permitir a fiscalização dos presos, o combate à corrupção e ao crime organizado, além de reiterados pedidos para a criação de grupo de trabalho a fim de operarmos e buscarmos soluções de leis para tratar a vida e a segurança do cidadão com respeito e dignidade.

Finalizo, afirmando que esta PEC é tudo, menos segurança de verdade.

Peço que este discurso seja colocado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 17/21

56.2025

Publ.: DCD - 24/04/2025 - 133

Sessão Ordinária - CD

23/04/2025-18:04

Lindbergh Farias-PT -RJ

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado rebateu críticas sobre a operação da Polícia Federal no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ressaltando que o escândalo investigado começou em 2019, durante o Governo Bolsonaro, e que foi a Controladoria-Geral da União, nomeada por Lula, quem iniciou as investigações que levaram à operação atual. Acusou a oposição de hipocrisia e relembrhou tentativas do ex-Presidente Bolsonaro de interferir na Polícia Federal (PF) para proteger o filho Flávio. Em seguida, criticou a insistência da direita em pautar um projeto de



anistia ampla, que visaria proteger figuras como Bolsonaro e militares envolvidos em tramas golpistas, inclusive o General Mario Fernandes, denunciado por participar de um plano para matar autoridades. Defendeu que a Câmara mantenha o foco em pautas urgentes para o povo, como a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil, a regulamentação do crédito consignado e a PEC da Segurança Pública, que amplia o poder de ação da PF. Também criticou a tentativa de cassar o mandato do Deputado Glauber Braga, enquanto ações mais graves, como a do Deputado Ramagem, são ignoradas. Por fim, pediu responsabilidade institucional e apoio ao Presidente da Câmara, Hugo Motta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho engraçado o discurso de uma turma que está falando sobre a operação da Polícia Federal em relação ao INSS.

Os senhores sabem em que ano começou esse escândalo? Em 2019. Quem era o Presidente da República? Vamos lá! Digam! Quem era o Presidente da República em 2019?

Em 2023 o Presidente Lula assume e nomeia Vinicius de Carvalho Ministro da Controladoria-Geral da União — CGU. Começa uma investigação sigilosa. O Ministro do Governo Lula aciona a Polícia Federal, que desbaratou todo esse esquema.

Não venham com conversa! Os senhores estão esquecidos da ação de Bolsonaro para interferir na Polícia Federal para esconder a rachadinha de Flávio Bolsonaro? Os senhores não têm autoridade para fazer esse discurso.

Quer saber mais, Deputado Carlos Zarattini? O Governo enviou a PEC da Segurança Pública. O Presidente Lula está neste momento com o Presidente Hugo Motta e com o Presidente Davi Alcolumbre. O que dizem estes que falam aqui? *"Somos contra a PEC da Segurança Pública."* Sabe do que ela trata, Deputado Josenildo? Ela constitucionaliza o Sistema Único de Segurança Pública, promove integração, atuação articulada. Mas eles escondem uma coisa. Essa PEC, Deputado Patrus, dá poder à Polícia Federal para que ela atue contra milícias, contra organizações criminosas, tenha atuação interestadual e transnacional. Hoje em dia, a Polícia Federal só pode atuar se houver federalização. Se essa PEC for aprovada, Deputada Benedita, a Polícia Federal poderá atuar contra o PCC, a Polícia Federal poderá atuar contra as milícias do Rio de Janeiro, que sempre foram protegidas por Bolsonaro.

Eu quero dizer aos senhores que o Brasil tem pressa, tem uma pauta. Nós queremos votar a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até 5 mil reais. Mas eles ficam só dizendo *"anistia, anistia, anistia"*. Bolsonaro, semana passada, desmoralizou esse discurso deles. Eles ficam dizendo que são as senhoras inocentes que estão presas. O Presidente Hugo Motta falou de soluções alternativas. Sabe o que Bolsonaro disse, Deputado Ivan? *"Eu não quero redução de pena. Só interessa anistia ampla, geral e irrestrita."* Ele não



está preocupado com quem foi preso por causa do 8 de Janeiro. Eles querem anistia para eles.

Os senhores deveriam ter coragem de dizer a verdade. Deputados assinaram o requerimento de urgência achando que se referia ao 8 de Janeiro, Deputado Chico Alencar. Leiam o substitutivo. Querem anistia em relação a tudo o que fizeram.

Deputado Tarcísio, ontem o General Mario Fernandes foi denunciado. Toda vez em que faço um debate com eles, quando eu toco nesse tema, Deputado Afonso, eles fogem. O General Mario Fernandes é aquele que, no dia 9 de novembro de 2022, 10 dias após a eleição, imprimiu, utilizando uma impressora do Palácio do Planalto, nove cópias de um texto que tratava da chamada operação Punhal Verde e Amarelo. Era um plano para matar Lula, um plano para matar Alexandre de Moraes, um plano para matar o Vice-Presidente Geraldo Alckmin. Ele foi ao encontro de Bolsonaro no Palácio da Alvorada. Começam toda a trama. Senhores, no dia 15 de dezembro, eles chegaram à casa de Alexandre de Moraes. A operação estava pronta. Havia lança-granadas.

E estes senhores querem que o Presidente Hugo Motta paute um projeto como esse? Querem que o Presidente Hugo Motta leve a Casa a uma violenta crise institucional?

Quero chamar a atenção dos senhores. O julgamento nem começou, e eles já querem anistia. Anistiar Mario Fernandes? Anistiar Braga Netto?

Eu sei que vocês estão desesperados, o PL e Bolsonaro, só que vocês não têm o direito de puxar esta Casa Legislativa para esse desespero e colocar o País numa violenta crise institucional!

Vamos pensar no País! Vamos votar a medida provisória sobre o crédito consignado! Sabem quantos brasileiros podem ser beneficiados por essa proposta? Podem ser beneficiados 40 milhões de brasileiros. A isenção do Imposto de Renda não representa só isenção, representa justiça tributária, para que os mais ricos paguem um pouco. Nós estamos exigindo, Deputada Benedita, 10% para quem tem renda superior a 100 mil reais. Vamos votar o Plano Nacional de Educação! Vamos votar o Fundo Social do Pré-Sal! Vamos discutir a PEC sobre a jornada 6 por 1, a redução da jornada de trabalho!

Os senhores continuam aqui com esse samba de uma nota só. Eu quero lhes dizer uma coisa. O Presidente Hugo Motta tem o nosso apoio. Sabem quantos requerimentos de urgência têm assinaturas? São 2.245. Agora são 2.246. O Presidente Hugo Motta não vai colocá-lo em votação, porque isso seria, Deputada Benedita, uma tremenda de uma irresponsabilidade. Queremos votar, pelo Brasil, a pauta da vida do povo.

Faço aqui um apelo a todos. Vejo ali o Deputado Glauber, do PSOL. Amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, está na pauta o recurso do Deputado Glauber. Aos senhores que falam tanto em dosimetria, mas que vivem aqui



aumentando pena, eu quero dizer o seguinte. Essas penas estão sendo estabelecidas. Antes, com o cumprimento de um sexto da pena, a pessoa já ia para casa, Deputado Joseildo. Foram eles que aumentaram para 25%. Vocês que falam de dosimetria acham justo que aquele Parlamentar seja cassado de maneira sumária, de uma hora para outra, justamente na semana...

Peço 30 segundos para encerrar o meu pronunciamento.

(Manifestação no plenário.)

Eu sei que gostam de me escutar, eu sei que sentem sempre uma alegria muito grande.

Os senhores querem cometer o absurdo de votar contra o Deputado Glauber, e querem trancar a ação penal referente ao Deputado Ramagem, que foi denunciado por crimes anteriores à sua diplomação. Isso é brincar com a Justiça! Isso é brincar com este Parlamento!

Justiça! Vamos trabalhar! O Brasil tem que andar para frente!

Documento 18/21

56.2025

Publ.: DCD - 24/04/2025 - 169

Sessão Ordinária - CD

23/04/2025-19:48

Ivan Valente-PSOL -SP

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que a prioridade da bancada bolsonarista no Congresso era garantir anistia a Jair Bolsonaro, classificando a atuação do grupo como tentativa de restaurar uma ditadura no País. Chamou de “factoide” a exploração política do escândalo no INSS, lembrando que as associações envolvidas foram credenciadas durante o Governo Bolsonaro. Além disso, ressaltou que a atual Gestão está combatendo a corrupção com investigações e demissões. Ao final, defendeu pautas voltadas ao interesse popular, como a isenção do Imposto de Renda e a PEC da Segurança, e cobrou a regulação das redes sociais para combater a desinformação.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho observado as falas aqui no plenário. Aquilo que parece a grande agressividade do bolsonarismo e do PL é na verdade desespero. Eles têm uma pauta única: livrar Bolsonaro da cadeia. Essa é a única pauta que eles têm. Mas anistia não foi feita para quem destrói a democracia e sempre defendeu ditadura. Eles quiseram com esse golpe uma nova ditadura aqui no Brasil, depois de 21 anos em que defenderam



tortura. Não vai acontecer anistia para Bolsonaro, porque a chantagem que é feita aqui diariamente sobre a pauta, a intimidação ao Presidente da Casa o tempo todo, não vai vingar. Mesmo que se vote a urgência, ainda temos o Senado, o veto e também o STF, porque a anistia é inconstitucional, simplesmente. Isso se chama desespero.

E por que eles só têm essa pauta, eles que foram lá para os Estados Unidos ver a posse do Trump? Eu não vejo um Deputado da Direita ou da extrema direita defender aqui o tarifaço. Covardes! Covardes! O Governador de São Paulo botou o bonezinho do "MAGA". O "bananinha" se exilou nos Estados Unidos, esperando a invasão da esquadra americana de novo, como em 1964, tempos de Lincoln Gordon, lembra, Deputado Reimont? É assim que eles pensam. Mas por que eles não defendem o tarifaço? O agro, a indústria brasileira, os serviços brasileiros estão sendo taxados. Eles não defendem a economia brasileira. São covardes! São loucos para criar um factoide.

Qual é o factoide de hoje? É o grande escândalo do INSS. E é verdade. Nós não temos compromisso com o erro. Nós combatemos a corrupção. As associações picaretas que lesaram 5,4 milhões de aposentados e pensionistas, causando um rombo de 6,3 bilhões de reais, foram credenciadas no Governo Bolsonaro! Isso eles não falam lá do outro lado. Ali é que elas foram credenciadas. O Bolsonaro fez o quê? Mobilizou a Polícia Federal e a CGU? Não! Roubaram à beça. E eles não falam nada. É como se o escândalo fosse atual. Não é. Atual é que setecentos policiais e cento e tantos da CGU estão combatendo a corrupção, demitindo quem é corrupto. E é isso mesmo que tem que ser feito. O escândalo está no Governo Bolsonaro. Eles roubaram, eles fizeram rachadinha, eles tentaram golpe de Estado, eles queriam o fim da democracia brasileira, queriam se eternizar no poder. Esta é a verdade.

Anistia não é pauta para a sociedade. Pauta para a sociedade é a isenção do Imposto de Renda, que vai livrar mais 10 milhões de brasileiros e vai taxar apenas 140 mil. A PEC da Segurança é outra pauta para o povo brasileiro.

Nós não podemos mais mentir para o povo. O que eles estão fazendo o tempo todo são cortes para a Internet, para o WhatsApp. É isto o que eles querem: produzir mentira em massa. Por que nós não pautamos aqui a lei de regulação das redes, que eles engavetaram? Eles precisam da mentira.

O povo brasileiro precisa da verdade, de emprego, de renda, de saúde pública.

Documento 19/21

57.2025

Publ.: DCD - 25/04/2025 - 48

Sessão Ordinária - CD

Sargento Fahur-PSD -PR

24/04/2025-11:08

BREVES COMUNICAÇÕES

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

O Deputado criticou o Governo Lula por não adotar uma postura efetiva no combate ao crime, argumentando que as polícias estaduais e municipais são as verdadeiras responsáveis pelo enfrentamento à criminalidade, enquanto o Governo Federal se dedica a operações contra patriotas e manifestantes. Lembrou episódios de sua própria trajetória, como quando sofreu infarto e criminosos comemoraram, porque viam nele uma ameaça. Destacou o fato de que, durante a vitória de Lula em 2022, presos comemoraram o resultado, refletindo o apoio de grupos criminosos ao Governo atual. Além disso, fez uma crítica à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança proposta pelo Ministro Lewandowski, considerando-a uma medida ineficaz e irrelevante para a melhoria da segurança pública. Exaltou ainda a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e suas operações bem-sucedidas no combate ao tráfico de drogas, destacando que essa força é respeitada mundialmente. Por fim, alertou a população sobre golpes telefônicos e fraudes digitais, pedindo que as pessoas não caíssem em armadilhas e ressaltou a importância da vigilância.

O SR. SARGENTO FAHUR (Bloco/PSD - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente Otoni de Paula.

Eu gostaria de lembrar o que V.Exa. acabou de falar aqui na tribuna sobre os presos comemorarem dentro dos presídios a vitória de Lula nas eleições de 2022. Eu cito aqui duas situações parecidas.

Em 2018, nas comunidades — V.Exa. deve saber muito bem disso, pois é do Rio de Janeiro —, era proibida propaganda de Bolsonaro, porque entendiam que ele não seria o candidato ideal ou o Presidente ideal, caso fosse eleito — e foi —, para o crime organizado.

Eu me lembro de uma situação particular, Sr. Presidente. Em 2004, um policial civil que hoje é delegado em Rondônia, um policial civil do Paraná, de Maringá, estava de plantão; e a cadeia, comemorando: "Ah! Ah!" Existe um minipresídio lá, que tinha cento e poucos presos. E esse policial civil foi lá na porta do presídio e falou: "*O que está acontecendo? O que vocês estão comemorando?*" Parecia gol da Seleção Brasileira. Sabem quando se comemora um gol dentro de um boteco? Aqueles presos, aqueles presidiários comemoravam, e o policial civil perguntou o que eles estariam comemorando.

Sabe o que eles estavam comemorando, Sr. Presidente? Eles falaram: "*O Fahur enfartou*". Eu tinha sofrido cinco infartos naquele dia, tinha sido atendido pelo Siate e encaminhado ao Hospital Santa Rita, onde fui hospitalizado e, posteriormente, operado. Os presos comemoraram, vibraram dentro da cadeia quando eu enfartei. Eles comemoravam porque eu infernizava bandidos, eu infernizava criminosos.

Tenho uma trajetória de combate ao crime. Desde o primeiro dia em que enverguei a farda da Polícia Militar, foi para infernizar bandido, foi para



incomodar bandido, e consegui fazer isso até o último dia de plantão.

Eu estava comentando isso, esses dias, numa entrega de armas que fiz em Maringá. O delegado, que hoje é o Secretário de Segurança de Maringá, é Vereador e Secretário de Segurança, o Dr. Luiz Alves, foi quem fez o último flagrante conduzido por mim na minha carreira na ativa da Polícia Militar do Paraná: alguns quilos de maconha em um ônibus de linha, em posse de um adolescente.

Eu trabalhei desde o primeiro dia em que eu enverguei a farda da Polícia Militar até o último plantão, em um sábado à noite, que seguiu até o amanhecer de domingo. Eu infernizei criminosos. E os criminosos comemoraram quando eu enfartei, porque acharam que eu não voltaria mais para o serviço ativo. Voltei e ainda infernizei por muitos anos os criminosos.

Esse mesmo tipo de criminoso comemorou — por que será? — a vitória de Lula nas eleições. Isso é fato. Apesar de eu estar amparado pelo art. 53 aqui na tribuna da Câmara dos Deputados, que é um local que nós consideramos sagrado para expressarmos o que nós pensamos, protegidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, eu não estou mentindo, eu estou falando a verdade. Então, quem fala a verdade não merece castigo. O crime comemorou, sim, a vitória de Lula.

E nós temos visto o porquê. Não há um enfrentamento real contra o crime no Brasil. O enfrentamento está sendo feito nos Municípios e nos Estados pelas polícias militares, pelas polícias civis, pelas guardas municipais. Esses, sim, estão estralando bala para cima de bandido. Agora, em esfera federal, eu só tenho visto operações contra patriotas, como a Operação Lesa Pátria, o caso do batom. Batom é "arma" pesada. Aí é o Governo Federal mostrando a sua cara.

O Ministro Lewandowski não entende nada de segurança pública. Com todo o respeito à trajetória jurídica dele, à trajetória de vida dele, de segurança pública ele não entende nada. Ele mandou para cá uma tal PEC da Segurança, uma porqueira, um lixo. Quando ela chegar ao meu gabinete, eu vou rasgar e jogar na lata do lixo. Só não jogo na privada porque, senão, vai entupir. É uma porcaria de uma PEC! Quer mudar o nome da PRF, como se isso mudasse a segurança.

A PRF é uma das polícias que mais apreendeu drogas no mundo, não foi só no Brasil, foi no mundo. É uma polícia que tem o respeito da sociedade, uma polícia que trabalha, uma polícia que participou de grandes operações, inclusive em comunidades no seu Estado, Sr. Presidente.

Eu lembro que a PRF participou de uma operação lá em Varginha, Minas Gerais, e eles estralaram, se não me engano, 27 criminosos. A PRF estava junto. PRF e PM: quando se juntam essas duas, ó, bandido estrala.

Mas isso não é interessante para o Governo Lula. O Governo Lula não gosta da Polícia Militar. O Governo Lula não gosta de combater o crime. O Governo

Lula gosta do troço à vontade. Há golpistas e mais golpistas, todo dia eu recebo dois ou três telefonemas deles.

Eu quero até fazer uma orientação para os golpistas aqui.

Larguem mão de ser otários! Pelo menos atualizem esses valores que vocês têm passado! Vocês ligam para mim, falam que foi detectada uma compra no meu nome nas Lojas Americanas no valor de 1.899 reais. Mudem um pouco essa porcaria de valor, coloquem 2 mil reais, 2.500 reais! Chega! Esse valor de 1.899 reais já me enjoou.

Todo dia: "Aqui é do Banco do Brasil. Nós detectamos uma fraude. Nós detectamos a compra de um telefone iPhone 11". Eles nem se atualizam! Estão tentando entrar na minha conta lá em São Paulo.

Rapazes, atualizem-se, modernizem-se! Mudem um pouco esses valores, seus otários!

Quando ligarem para você, cidadão de bem, tentando fazer fraude, dizendo que é do Banco do Brasil e que houve uma compra no valor de 1.899 reais — às vezes é de 1.500 reais —, faça daquele jeitinho, mande para a PQP. Mande para a PQP! Não entre em *link*, não passe senha, não passe nada. São golpistas. Quando eles veem que eles não conseguem dar golpe através do celular, eles roubam através do Frei Chico.

Força e honra!

Documento 20/21

63.2025

Sessão Ordinária - CD

29/04/2025-17:16

Publ.: DCD - 30/04/2025
141

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou a participação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, na Comissão de Segurança Pública, apontando sua postura serena e o diálogo produtivo com os Parlamentares. Ademais, ressaltou que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que trata da competência dos entes da federação sobre a segurança pública, não pertence a um Governo específico, mas constitui uma política de Estado que visa tratar a segurança como um tema nacional. Além disso, criticou a ausência de uma coordenação federal efetiva e defendeu a criação de protocolos nacionais para o enfrentamento do tráfico de armas e da criminalidade nas fronteiras. Adicionalmente, sublinhou a necessidade de reforço policial em áreas



estratégicas, como aeroportos e divisas. Enalteceu ainda a contribuição de Governadores, inclusive da Oposição, no debate da proposta. Por fim, manifestou apoio à aprovação da PEC, com o objetivo de instituir um Programa Nacional de Segurança Pública.

O SR. FLÁVIO NOGUEIRA (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, passou pela Comissão de Segurança Pública e dialogou muito com os pares daquela Comissão.

Fora um pequeno incidente de provocação, com palavras de baixo calão à autoridade do País, o fato é que o diálogo foi bom e mostrou que a PEC da Segurança Pública não é uma PEC de Governo, do Governo atual, mas uma política de Estado, onde a segurança pública vai ser tratada como um problema nacional. Não faz mais sentido o Governo Federal ficar sem poder de maneira alguma instituir um programa que todos os Estados possam acompanhar.

E o Ministro, com a sua erudição, muito calmo, tranquilo, respondendo todas as indagações dos Deputados, fez com que aquele debate hoje pela parte da manhã e parte da tarde pudesse ter sido muito produtivo: drogas, o crime organizado entrando em todos os setores da sociedade brasileira, as fronteiras descobertas. O Brasil tem uma das maiores fronteiras terrestres do mundo, quase 17 mil quilômetros de fronteiras, mais 7 mil quilômetros de fronteiras costeiras, o que faz com que seja necessário haver uma política nacional para impedir o contrabando de armas de países desenvolvidos, países que se dizem grande propulsores do desenvolvimento, da boa paz, mas que fazem armas que, de lá desses países desenvolvidos, são trazidas aqui para o Brasil.

Por isso, nós devemos estar com as nossas fronteiras bem equipadas, com mais policiais, assim como as fronteiras terrestres e os próprios aeroportos. Porém, isso precisa de protocolo nacional. E justiça seja feita. Queremos fazer justiça a todos.

Os Governadores participaram também, uns até de oposição, e fizeram com que essa PEC da Justiça, essa PEC da Segurança, possa daqui a pouco ser votada aqui neste Plenário, para termos, pela primeira vez no Brasil, um Programa Nacional de Segurança Pública.

Sr. Presidente, peço que este meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.



Sumário

O Deputado criticou a audiência pública com o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que trata das competências dos entes federados sobre segurança pública, por não apresentar medidas concretas de enfrentamento ao crime organizado. Ademais, argumentou favoravelmente à criação de um ambiente jurídico diferenciado para combater facções criminosas e alertou para a tentativa de aliciamento de um Ministro do Supremo Tribunal Federal por integrante do Primeiro Comando da Capital (PCC). Além disso, denunciou o aumento da violência nos Estados, apontando similaridades da violência criminal entre o Brasil e o México. Adicionalmente, condenou a proposta de uma camisa vermelha para a Seleção Brasileira, defendendo as cores nacionais. Anunciou ainda a obtenção de assinaturas para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos sindicatos que fraudaram o INSS e cobrou a exoneração do Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, em decorrência de sua omissão diante das irregularidades. Por fim, repudiou a gestão desastrosa do Governo Lula.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fomos convidados para uma audiência ontem com S.Exa. o Ministro da Justiça e Segurança Pública, o Ministro Lewandowski.

Durante a conversa e inquirições ao Ministro em relação ao tema da audiência, que é um tema tão sensível e que, com certeza, afeta muitos brasileiros, nós falamos sobre a PEC que ora foi protocolada nesta Casa e que mais parece, como eu sempre gosto de dizer, uma PEC água de salsicha, porque dentro daquele texto não temos nada de concreto, nada de efetivo, nada que seja uma possibilidade de combate ao crime organizado.

Sr. Presidente, foi noticiado, nesta semana, que uma investigação do Ministério Público de São Paulo, com mais de seiscentas páginas, dá conta de que o 02, o segundo homem no comando da maior facção criminosa, ou uma das maiores, o PCC, um camarada chamado Rodrigo Felício, vulgo Tiquinho, estava tentando aliciar um Ministro da Suprema Corte brasileira.

Pasmem, Sras. e Srs. Deputados! Pasmem, quem nos acompanha, quem nos ouve pelos canais de comunicação desta Casa! O PCC, uma facção criminosa, uma verdadeira máfia que se instalou no Brasil e que tem ramificações até fora do País, tentou aliciar um Ministro da nossa Suprema Corte.

Sr. Presidente, fiz uma pergunta ao Ministro Lewandowski, que, com certeza, tinha que ser objeto das maiores discussões nesta Casa: Por que não pegar essa



PEC água de salsicha e transformá-la numa PEC de resultado contra o crime, criando um ambiente jurídico diferenciado? Para esse povo das facções criminosas, das organizações criminosas, criariámos medidas diferenciadas no ambiente penal, no ambiente processual penal e na execução penal.

Sr. Presidente, isso não pode continuar desse jeito. As facções estão dominando. V.Exa. viu o que eles aprontaram lá no Ceará, no Rio Grande do Norte e em outros Estados do País. Lá na Bahia, queimaram veículos, expulsaram pessoas de suas residências. Realmente, nós estamos no fundo do poço. O Brasil está se tornando um verdadeiro México, estamos passando pela mexicanização da violência criminal. É isso.

Então, não adianta essa PEC chegar aqui do jeito que chegou, somente com platitudes. O que são platitudes, Sr. Presidente? São coisas como *"Precisamos integrar as informações, precisamos fazer a colaboração entre as forças"*. Isso é tudo platITUDE, não é nada de concreto, não tem nada de ação. Ou fazemos isso, ou vamos, com certeza, para o fundo do poço.

Outro assunto, Sr. Presidente, é justamente a polêmica causada nesta semana pela publicação de uma suposta camisa vermelha da Seleção Brasileira.

Meus amigos, por favor! Eu tenho certeza de que nenhum brasileiro concorda com essa situação, tanto que uma pesquisa, feita em 2 dias, apontou 90% de rejeição dessa tal camisa vermelha da Seleção Brasileira. Façam-me o favor!

Sr. Presidente, as cores da nossa bandeira — está aqui atrás a bandeira do Brasil — são verde, amarelo, azul e branco. Não tem vermelho. O brasão da CBF também não tem vermelho. O Brasão da República não tem vermelho. Por que a camisa da Seleção Brasileira seria vermelha? Francamente! Hoje, a CBF desmente isso, fala que não existe nenhuma cogitação de camisa vermelha para a Seleção Brasileira. Graças a Deus, a camisa da seleção e a nossa bandeira nunca serão da cor vermelha, serão verde, amarela, azul e branca.

Trago mais um assunto, Sr. Presidente, só para encerrar. Eu gostaria de comunicar a todos os nossos Parlamentares e ao povo que nos ouve pelo programa *A Voz do Brasil* e pela TV Câmara que nós conseguimos as assinaturas para instalar a CPI dos sindicatos que fraudaram o INSS. Essa é uma grande conquista para o povo brasileiro. Sabem por quê? Porque o velhinho não aguenta mais esse desconto indevido. Ontem nós pedimos até para os colegas da Esquerda e da extrema esquerda que assinassem o requerimento de CPI: *"Já que vocês estão falando que isso começou na época do Presidente Bolsonaro, assinem o requerimento de CPI"*. Não sei se alguém o assinou, mas nós já conseguimos as assinaturas necessárias e vamos protocolar o requerimento junto à Mesa desta Casa. Fazemos votos para que S.Exa. o Presidente Hugo Motta possa, sim, instaurar essa CPI.

Colegas, o Ministro Carlos Lupi já deveria ter pedido para sair, já deveria ter sido exonerado, porque há tempos vinha sendo avisado de toda essa fraude que



estava acontecendo e não tomou providência. Depois, quando estourou, um dos seus auxiliares diretos não foi demitido de imediato, e agora, meus amigos, o Ministro tem que sair. Eu acho que ele tem que sair, porque não tem condições mais de ficar, mas a gente sabe que há mais coisa por trás, como o apoio do partido do Ministro Carlos LUPI, que, com certeza, se ele for exonerado, saltará do barco do Governo, que está naufragando em uma gestão péssima.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o nosso discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de divulgação desta Casa.
